

CONGRESSO SEM FÉRIAS?

Ibsen exige votação de mais duas matérias, ao menos.

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), anunciou ontem que se a Casa não votar até terça-feira os projetos sobre a modernização dos portos e a reforma agrária, proporá ao presidente do Senado (pois a decisão tem de ser conjunta) a convocação extraordinária do Congresso. Os trabalhos entrariam por julho, mês constitucionalmente destinado ao recesso parlamentar.

Ele reuniu a imprensa em seu gabinete para fazer essa comunicação, no final da tarde, logo depois do plenário, mas uma vez, não ter conseguido votar as duas matérias, em pauta desde segunda-feira. As lideranças partidárias pediram mais um adiamento por não terem, elas e os setores diretamente interessados, chegado a acordo ao menos

em torno de um texto básico. As duas matérias e a que dispõe sobre a isonomia de vencimentos de servidores federais voltarão à votação em sessão convocada para as 9 horas de hoje.

O mais provável, porém, é que a deliberação fique para segunda ou terça-feira. Dificilmente haverá quórum na sessão de hoje, apesar dos esforços de Ibsen Pinheiro:

“Não consegue passar pela minha cabeça que nos últimos dias do semestre parlamentar, com matérias importantes e polêmicas em votação, deputados estejam em festas de São João ou em suas bases.”

A modernização do sistema portuário e a regulamentação dos dispositivos constitucionais que tratam da reforma agrária são as duas últimas matérias da

pauta de sete itens prioritários organizada há pouco mais de um mês em reunião da presidência da Câmara com as lideranças partidárias e os presidentes das comissões permanentes e temporárias da Câmara. Os outros cinco itens, já aprovados, referiam-se às licitações, às concessões de serviços públicos, à Advocacia-Geral da União, enriquecimento ilícito no exercício de cargos públicos e Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Ibsen entende que a Câmara não pode deixar de honrar essa espécie de compromisso público que assumiu de votar todas essas matérias antes do recesso parlamentar do mês de julho. Daí sua disposição de propor até que o Congresso não interrompa suas atividades enquanto isso não acontecer.